



FERRAZ DE ABREU
**INSÍGNE
DEMOCRATA
E SOCIALISTA**

PÁGINA 16



**JORGE SAMPAIO
DISTINGUIDO COM
PRÉMIO NELSON
MANDELA**

PÁGINA 13

EMPREGO SERÁ A CAUSA DAS CAUSAS

CONVENÇÃO APROVA PROGRAMA ELEITORAL



**ALTERNATIVA
DE COERÊNCIA** CONVENÇÃO NACIONAL 2015



PÁGINAS 6 A 9

JORGE FERREIRA

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



**TODOS OS
DIAS ÚTEIS
CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS**

QUENTE & FRIO

A ESCALDAR

Diplomacia e jobs

O Governo PSD/CDS está a abrir embaixadas e postos diplomáticos que tinham sido encerrados para alojar no dia a seguir à derrota nas próximas eleições os chefes de gabinete e os assessores dos ministros.

Um oportunismo e abuso de poder que levou o presidente do PS, Carlos César, a afirmar: "Não bastava termos um mau Governo e agora confirma-se que temos um Governo para servir o partido". Mas também a exigir ao Presidente da República que assuma sua posição de árbitro e de zelador para que "situações destas não ocorram e nem se multipliquem até ao dia das eleições".

QUENTE

Portugal à frente ou atrás?

É oficial. Portugal à Frente (PAF) é a sigla da coligação de direita PSD/CDS com que se vai apresentar nas legislativas. Embora fosse mais verdadeira a sigla Portugal Atrás (PA) face ao retrocesso que o país teve nestes quatro anos de empobrecimento em relação aos outros Estados-membros, a sigla PAF lembra o universo criado por Uderzo e Goscinny, onde o Asterix dá uma sova aos romanos. Quanto aos portugueses, já foram sovados nos seus salários, pensões e subsídios ao longo destes quatro anos. E os resultados foram um FLOP.

FRIO

Desgovernar para governar-se

O Governo desistiu de governar e já só trata de se governar com a partidarização, favoritismo, falta de transparência e utilização da máquina do Estado ao serviço do PSD e do CDS, também no caso das privatizações da REN e da EDP. É que as práticas de clientelismo se entenderam de tal maneira e sem pudor a áreas de soberania que já não espantam as nomeações para altos cargos públicos que "lesam o Estado nas privatizações" como foi confirmado por um relatório do Tribunal de Costas que aponta para a "absoluta falta de transparência nos processos de privatização" destas duas entidades.

GELADO

Relatividade no desemprego

O ministro do (des)Emprego ousou congratular-se recentemente com mais uma alegada redução da taxa de desemprego em Portugal desde 2013. Disse Pedro Mota Soares que os números de 2014 são "bons" face aos registados o ano passado e que 230 mil pessoas imaginativamente saíram da situação de desemprego.

Esqueceu-se o governante de explicar em que "situação" foram encaixadas todas essas pessoas que, dificilmente, terão hoje realmente um posto de trabalho. Será que a maioria foi catalogada nas listagens dos "inativos", emigrantes ou "desencorajados"?

Ele há formas "convenientes" de aplicar a relatividade! ■ JCCB/MR



CLARA AZEVEDO

ECONOMIA DO MAR É FATOR DE CRESCIMENTO DO PAÍS

O APOIO à investigação pública e a parceria com as empresas do sector são "essenciais" para o desenvolvimento da economia do mar e para que o país possa reduzir as importações de peixe, disse no dia 23 de junho o secretário-geral do PS, António Costa. Numa jornada pelo Algarve dedicada à importância da economia do mar para o crescimento do país e emprego, o secretário-geral do PS reiterou que é preciso uma estratégia nacional para aproveitar as potencialidades deste imenso recurso nacional.

António Costa esteve na Barlapesca, onde reuniu com um conjunto de empresários da área, e numa empresa de aquacultura em Odiáxere, no concelho de Lagos, onde considerou que essa atividade "é um dos casos em que é óbvia a vantagem de uma parceria entre aquilo que deve ser o investimento público, o desenvolvimento da ciência, da ciência pura e a ciência aplicada, e o investimento privado".

O líder do PS visitou ainda a Aqualvor, uma exploração de aquacultura de peixe, defendendo que "grande parte deste investimento não seria possível se não houvesse esse esforço de desenvolvimento

financiado pelo Estado" em matéria de investigação.

"É importante que esse esforço exista e deve ser acrescentado", afirmou António Costa, sublinhando que, até "para atividades que toda a gente considera tradicional, como a produção de peixe, o conhecimento é absolutamente

"A indústria do mar deve ser entendida como transversal à ação do Governo, passando pela defesa nacional, pesca, eficiência energética e pelo turismo."

essencial".

Antes, no dia 22, o secretário-geral do PS visitou no Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, em Faro, que disse ser "dos vários exemplos do país onde se faz investigação" em áreas como a aquacultura, nas quais, na sua opinião, se deve "continuar a desenvolver e a investir".

Investigar, inovar, investir

"E num país que é deficitário comercialmente em matéria de peixe e onde é essencial podermos aumentar a substituição de importações pela nossa própria capacidade de produção de peixe, é fundamental investigar, inovar e investir".

No final de uma visita a empresa ligadas ao sector das pescas, em Olhão, o líder do PS afirmou que o país necessita de "vontade política" para passar à prática uma estratégia nacional para a indústria do mar que considerou como uma grande oportunidade para o país crescer e criar emprego.

A indústria do mar, sustentou, deve ser entendida como "transversal à ação do Governo", passando pela defesa nacional, pesca, eficiência energética e pelo turismo."

António Costa recordou que "97% do nosso território é mar" e que há aqui "imenso mundo para descobrir", defendendo a necessidade de "criar mecanismos financeiros" para aproveitar o desenvolvimento desta indústria e ter "uma melhor organização" para que o mar passe a ser "uma prioridade efetiva do país". ■

PS ACOMPANHA COM PREOCUPAÇÃO O ESTADO DE SAÚDE DE MARIA BARROSO



JORGE FERREIRA

O PARTIDO SOCIALISTA e o seu Secretário-geral, António Costa, acompanham com "enorme apreensão e elevada preocupação" a evolução do estado de saúde de Maria de Jesus Barroso, que se encontra internada em estado grave. "Maria Barroso é uma mulher muito querida de todos nós", disse António Costa, à saída do Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa. "Não só por ter sido a única mulher fundadora do PS, mas por tudo aquilo que, ao

longo destes anos, dedicou ao partido e por tudo o que fez na sociedade portuguesa. Sempre foi uma mulher extraordinária que está no coração de todos nós".

Maria de Jesus Barroso, que conta 90 anos de idade, está internada no Hospital da Cruz Vermelha, depois de ter sofrido uma queda, encontrando-se em estado clínico descrito como "muito grave" e "em coma profundo".

A fundadora do PS foi, aliás, a

única mulher presente em Bad Munstereifel, na Alemanha, em abril de 1973, na reunião em que, por iniciativa de Mário Soares, a Ação Socialista Portuguesa deu origem ao Partido Socialista.

Maria de Jesus Barroso é uma personalidade incontornável da nossa história contemporânea, tendo-se destacado desde muito cedo pela forte participação cívica, política e cultural na defesa da liberdade, da democracia e da justiça social. ■

CONVENÇÃO DO PS/ÉVORA

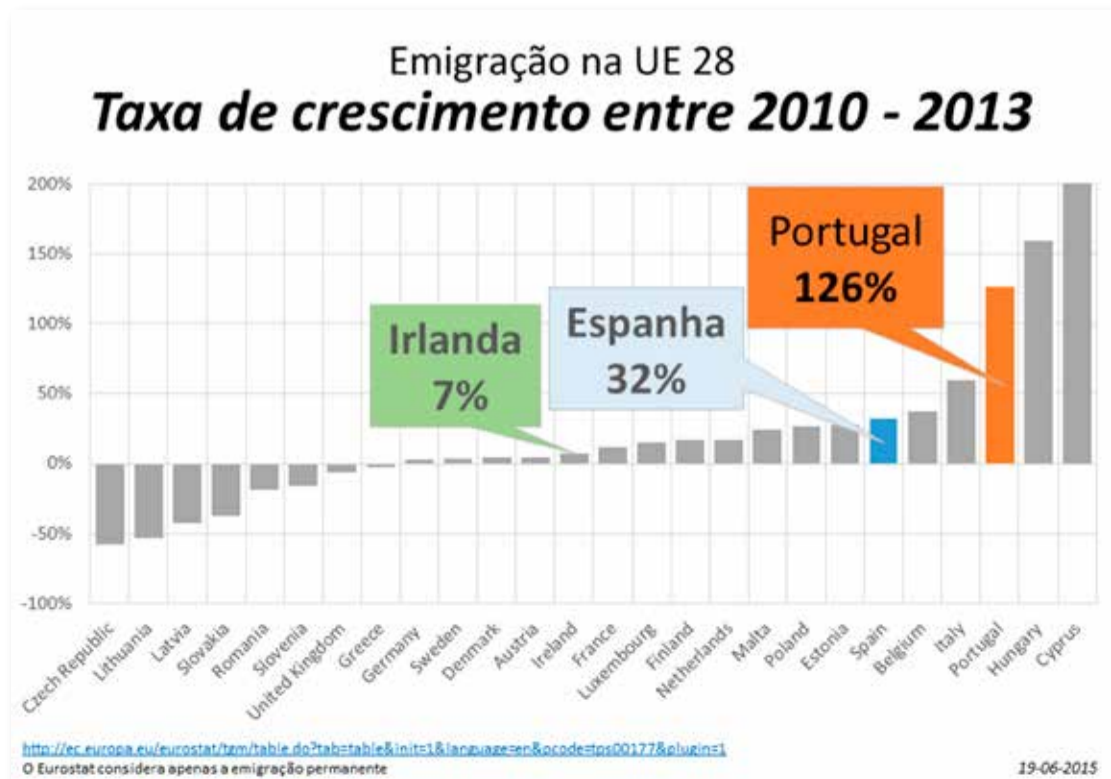
EMIGRAÇÃO AUMENTOU E MUITO

EM ÉVORA, na Convenção socialista do distrito, e referindo-se à afirmação do primeiro-ministro de que "Portugal viu aumentar menos a emigração", quando comparado com países como a Irlanda ou a Espanha, António Costa recordou que os números desmentem a afirmação de Passos Coelho. O líder do PS lembrou que só entre 2010 e 2013 a emigra-

ção em Portugal aumentou 126%, "muitíssimo mais" do que aconteceu naqueles dois países, "também afetados pela austeridade".

Para António Costa, o "mais grave" é que o primeiro-ministro, também em relação aos dados da emigração, preferiu recorrer à falsidade e não encarar a realidade, porque "infelizmente a emigração em

Portugal subiu mais do que no país vizinho ou na Irlanda". Socorrendo-se dos dados da União Europeia, António Costa disse que eles evidenciam que o aumento da emigração na Irlanda se situou, entre 2010 e 2013 nos 7%, enquanto em Espanha, no mesmo período, atingiu os 32%, "muito abaixo dos 126% registados em Portugal". ■



“ Os últimos dias têm sido férteis em despautérios governamentais. O que é surpreendente num governo em campanha eleitoral e que recorre a todos os meios para alcançar o fim de se manter no poder.

Em 2011, o primeiro-ministro prometeu e não cumpriu. Não falou verdade aos portugueses. Ao longo da legislatura, deu muitas vezes o dito por não dito. Agora, com o aproximar das eleições e o desespero a crescer, não se inibe de mentir na Assembleia da República. Mentiu quando disse que não aconselhou ninguém a emigrar. Mentiu ao afirmar que os portugueses emigraram menos que os cidadãos de outros países com programas de austeridade. E mentiu ao negar que as políticas de austeridade também atingiram os mais vulneráveis.

A ministra da Justiça, a da trapalhada do Citius e com a qual a culpa morre solteira ou aterra na cabeça dos subalternos, ao ser "apanhada" a usar recursos públicos para fins partidários, tentou uma vez mais chutar para canto, desculpabilizando-se com o chavão de que "todos cometem erros". Só que nela o erro tornou-se regra de governação. Perante idêntica situação – utilização de dirigentes da Administração Pública para fazer a avaliação do programa eleitoral do PS - o ministro da Economia, reconhecendo embora o lado "indevido" da coisa, não retira daí qualquer ilação política e até se atreve a invocar o "nome da transparência e rigor". Um escândalo que noutra país acarretaria remodelação governamental, em Portugal, saiu rapidamente da agenda mediática, deixando incólumes os dois governantes.

Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros, encerrou a embaixada de Portugal na UNESCO, porque era preciso poupar. Agora, em fim de mandato, porque é preciso premiar o chefe de gabinete de Pedro Passos Coelho, o governo reabre a embaixada sem olhar a gastos. Em Bruxelas, para reduzir os custos, Paulo Portas acabou com a embaixada bilateral, vendeu o palacete, indemnizou os funcionários. Agora, porque é preciso cuidar dos amigos, o mesmo governo nomeia um novo embaixador, contrata funcionários e aluga um novo espaço e que se lixem o orçamento, o défice e a dívida.

Por razões ideológicas, o governo está a destruir o sector público. Uma auditoria do Tribunal de Contas aponta falta de transparência e conflitos de interesses na privatização da EDP e da REN, com perda de milhões de euros para o erário. As privatizações já atingiram o dobro do valor exigido pela troica. Privatizar é a palavra de ordem: CTT, Fidelidade, ANA, Águas, TAP, Metro, Carris...Nem o lucrativo Oceanário escapa à fúria privatizadora do governo.

Está visto que palavras como verdade, decoro e interesse público não fazem parte do léxico do atual governo. ■



CONGRESSO DO PES

ANTÓNIO COSTA DEFENDE EMPREGO NO CENTRO DAS POLÍTICAS EUROPEIAS

O Secretário-geral do PS, António Costa, reiterou que o emprego deve estar no centro das políticas europeias, defendendo que todos os fundos disponíveis sejam usados “de forma inteligente na criação de postos de trabalho”.

EM BUDAPESTE, onde participou no Congresso do Partido Socialista Europeu (PES), António Costa considerou que as recomendações do último relatório do FMI, insistindo na necessidade de mais cortes para cumprir o défice, revelam que “até os amigos do Go-

verno” confirmam o falhanço da política seguida nos últimos anos, apesar de toda a austeridade que foi aplicada aos portugueses.

“Ao fim destes quatro anos, os próprios amigos do Governo vêm dizer: falharam. E, portanto, o que nós temos de concluir

é que, tendo falhado, há que mudar de estratégia, de política, para termos resultados diferentes”.

Sublinhando a necessidade de gerar consensos a nível europeu para uma política que rompa com a via austeritária e coloque o emprego como prioridade,

o líder do PS defendeu a convergência e solidariedade entre as economias da zona euro.

Posição que vai ao encontro da resolução aprovada na reunião magna dos socialistas europeus, defendendo a necessidade de um esforço conjunto para alcançar soluções comuns para

a Europa e uma agenda europeia de reformas para promover o emprego e o crescimento. Respeitando as especificidades de cada país, reforçando a coesão social e territorial do espaço europeu e virando a página das políticas orientadas para a austeridade. ■

CONGRESSO DO PES EVOCOU ADESÃO AO PROJETO EUROPEU

O 30.º aniversário da adesão de Portugal e Espanha ao projeto europeu foi assinalado no X Congresso do Partido Socialista Europeu (PES), que decorreu em Budapeste, com intervenções dos líderes do PS, António Costa, e do PSOE, Pedro Sánchez, que foram apresentados como “os futuros primeiros-ministros” dos dois países ibéricos. ■

VIRAR A PÁGINA PARA UMA MUDANÇA POLÍTICA NA EUROPA

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, António Costa, e o líder do PSOE, Pedro Sánchez, assinaram o 30.º aniversário da adesão dos dois países ibéricos à então Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia. Em Budapeste, antecedendo o arranque dos trabalhos do Congresso do Partido Socialista Europeu (PES), os dois líderes elogiaram Mário Soares e Felipe González e garantiram que em breve estarão no Conselho Europeu a “virar a página” da austeridade.

Em ano de eleições em ambos os países ibéricos, PS e PSOE elaboraram um documento conjunto, e já aprovado pela famí-

lia política dos socialistas europeus, onde está plasmado um conjunto vasto de objetivos, designadamente, “devolver a esperança e a confiança no projeto europeu” que há 30 anos mobilizou os cidadãos de ambos os países, com a liderança de Mário Soares e de Felipe González. Esperança e confiança que, para o líder do PS, “infelizmente estes anos tão duros de austeridade têm vindo a enfraquecer”, marcando esta Europa pelo “desânimo, desencanto e pessimismo” que é fruto, como salienta, pela “associação da Europa com a austeridade”.

“A Europa é sobretudo um projeto político e um dos grandes er-



ros dos últimos anos foi ter sacrificado esses grandes objetivos políticos da paz, da democracia e da prosperidade partilhada, em nome dos mercados”, sustentou António Costa. “E é precisamen-

te essa a página que nós temos de virar. Nós temos de voltar a ser a Europa dos cidadãos e não voltar a ser a Europa dos mercados”, venceu o Secretário-geral socialista. ■

30 ANOS A CONSTRUIR O EDIFÍCIO EUROPEU

Três décadas volvidas desde assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à outrora chamada CEE – Comunidade Económica Europeia –, o balanço é claramente positivo em modernização e desenvolvimento do país, mas apresentando ainda diversos desafios sociais, económicos e políticos na sua construção. Demonstrado fica que o país continua empenhado em participar deste grande projeto político, sempre acompanhado pelo Partido Socialista, presente nos momentos decisivos desta caminhada.

ONZE ANOS após a Revolução dos Cravos, Portugal atravessava uma grave crise financeira, acentuada pela recessão da economia mundial. Com a perda do mercado colonial, o país mantinha uma grande dependência externa e foi nesse contexto que Portugal se aproximou do mercado europeu, naquele que foi o terceiro

alargamento do grupo europeu atualmente União Europeia. Oito anos de negociações duras e longas maratonas negociais formalizaram-se na nossa adesão formal junto com a Espanha. Nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, o então primeiro-ministro, Mário Soares, falava das oportunidades que a adesão do país à CEE representava em

termos de progresso e modernidade, alertando, porém, que não podia confiar-se em que aquela fosse “uma opção de facilidade”. “A palavra será agora conferida à jovens gerações”, apontava o então governante, para quem os jovens teriam de “mobilizar-se para a grande tarefa nacional do desenvolvimento e da modernização”.



PS

Há dez anos, no mesmo lugar, Mário Soares falava com orgulho do “salto espetacular” que permitiu que Portugal recuperasse o seu prestígio na cena internacional e de um atraso de duas décadas, ao mesmo tempo que consolidou a sua democracia. Soares alertou já na altura para os perigos da globaliza-

ção e de um mundo cada vez mais desregulado e inseguro. “A maioria dos responsáveis europeus ainda não quis compreender que há hoje uma ativa cidadania europeia que não aceita mais jogos obsoletos dos grandes interesses e manobras da real politike, ignorando as aspirações populares, avisou. ■



DR

CRONOLOGIA DA ADESÃO DE PORTUGAL À CEE

O processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), embrião da atual União Europeia (UE), durou oito anos. Vejamos o caminho percorrido nas suas datas marcantes.

Fevereiro e março de 1977

O primeiro-ministro, Mário Soares viaja às capitais dos Estados-membros para preparar o pedido de adesão de Portugal à CEE

26 de março de 1977

O chefe da missão portuguesa em Bruxelas, embaixador António Siqueira Freire, apresentou formalmente o pedido de adesão de Portugal à CEE

17 outubro de 1978

Abertura solene das negociações no Luxemburgo, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros Carlos Correia Gago e primeiro-ministro Alfredo Nobre da Costa.

Novembro de 1978 a junho de 1979

Acordado o ritmo das negociações e abertos os dossiês sobre a união aduaneira e a livre circulação de mercadorias, as relações externas, a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e a Eu-

ratom (Comunidade Europeia da Energia Atómica).

Outubro a dezembro de 1979

Abertos os dossiês de fiscalidade, movimento de capitais, transportes e política regional.

Fevereiro a dezembro de 1980

Iniciadas as discussões dos dossiês relativos à agricultura, questões orçamentais, direito de estabelecimento, recursos próprios, política social, projetos sobre ajudas de pré-adesão quanto à agricultura, formação profissional e política regional.

Fevereiro a julho de 1981

Apresentadas a posição comunitária sobre movimentos de capitais e a declaração portuguesa sobre regiões autónomas.

Fevereiro de 1982

Alcançam-se acordos nas pastas relativas aos movimentos de capitais, transportes políticas regionais, questões económicas e financeiras e Euroatom.

Junho de 1983

Com Mário Soares novamente nas funções de primeiro-ministro, chega-se a acordo no capítulo da aproximação das legislações e do ambiente e proteção dos consumidores.

Outubro de 1983 a setembro de 1984

É alcançada uma posição comum no protocolo de acordo sobre a difusão de conhecimentos sobre

energia nuclear. É definido o programa especial de desenvolvimento da agricultura portuguesa durante o período de dez anos posterior à adesão e a Comissão Europeia é autorizada a negociar as ajudas da pré-adesão para melhoria das estruturas agrícolas, chegando-se finalmente a acordo neste dossiê.

Outubro de 1984

O primeiro-ministro, Mário Soares, assinou, em Dublin (Irlanda), o “Constat d’Acord” com o presidente em exercício das Comunidades, Garret Fitzgerald e o vice-presidente da Comissão Europeia, Lorenzo Natali.

Março de 1985

Decorrem as chamadas maratonas negociais que culminaram com o acordo nos campos da agricultura, pescas, recursos próprios, assuntos sociais e questões institucionais.

Abril e Maio de 1985

Desenrolam-se as negociações de Madrid saldadas por acordos entre Portugal e Espanha, finalizando os acordos relativos a montantes compensatórios de adesão a preços agrícolas e a pescas

12 de junho de 1985

É solenemente assinado o Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, que seria ratificado mais tarde pelos parlamentos dos Estados-membros. ■

CONVENÇÃO APROVA PROGRAMA ELEITORAL

EMPREGO SERÁ A CAUSA DAS CAUSAS

O emprego é uma questão vital de cidadania e o problema central para os socialistas, “a causa das causas”, garantiu o Secretário-geral do PS no encerramento da Convenção Nacional “Alternativa de Confiança”, na qual foi aprovado, por esmagadora maioria, o programa eleitoral dos socialistas para as legislativas de outubro.



JORGE FERREIRA

“O EMPREGO é a causa das causas, é a agenda inadiável”, afirmou António Costa, logo no início da sua intervenção, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, frisando que “quem não tem emprego fica à margem da sociedade e quem está à margem da sociedade não pode participar ativamente com liberdade, democraticamente, nas escolhas do futuro do país”.

O líder socialista fez questão de explicar que “o emprego é também a questão essencial de confiança e, por isso, temos de parar com estes quatro anos de sobressalto, interrompendo a ação deste Governo”. Lembrou de seguida que “o emprego é a questão central também para os jovens que emigraram, para os estudantes e para as suas famílias, na questão da

natalidade, assim como para aqueles que já estão reformados e que dependem do número daqueles que estão na vida ativa”.

“O emprego é ainda a questão essencial para as empresas, porque, sem aumento de emprego, não há aumento da procura”, referiu, clarificando que, embora o emprego não se decreta, “há políticas que favorecem e outras que geram a destruição de empresas e emprego”.

Passos e Portas fomentaram guerra de gerações

Na sua intervenção, o Secretário-geral do PS criticou o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, por confundir economia com contabilidade, conduzindo Portugal a uma “brutal

recessão”.

E responsabilizou o Executivo Passos/Portas por ter alimentado uma “guerra de gerações”, defendendo que “em Portugal ninguém está a mais” e propondo “um contrato de gerações que permita distribuir a carga de trabalho ao longo da vida”.

Recordou depois que a proposta aprovada, e que o partido apresentará aos portugueses em outubro, foi elaborada “tendo ouvido todos e tomando todos em conta”.

Um caminho diferente para o país

Evocando os “Estados Gerais” de António Guterres, em 1995, e as políticas que foram introduzidas em Portugal, António Costa venceu que agora também os socialistas protagonizam um ca-

PROGRAMA ELEITORAL APROVADO

O Programa Eleitoral que o PS apresentará às eleições legislativas foi aprovado na Convenção Nacional “Alternativa de Confiança”, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, pela esmagadora maioria dos delegados, apenas com sete abstenções e um único voto contra.

LEIA O PROGRAMA NA ÍNTEGRA NO NOSSO SITE:
WWW.PS.PT

minho diferente para o país. “Recuo estes 20 anos e olho para os compromissos que aqui assumimos, como o combate à pobreza com o rendimento mínimo garantido, a generalização do ensino pré-escolar, ou o sonho do [antigo ministro] Mariano Gago de dotar Portugal de uma política científica. Vinte anos depois, digo que valeu a pena e vale a pena estarmos cá hoje outra vez – e vale a pena

porque saímos daqui com uma agenda estratégica, com as contas certas desenhadas no cenário macroeconómico e com um programa eleitoral que foi debatido, participado e votado, que é o nosso compromisso”, disse, concluindo que o PS representa “uma alternativa de confiança”. Uma “alternativa, porque queremos e vamos fazer diferente, de confiança, porque queremos e vamos fazer melhor”, rematou. ■

VOLTAR A PÔR AS PESSOAS NO CENTRO DA POLITICA

O PS “acredita que é possível fazer diferente e melhor”, para voltar a ter um Governo que coloque as pessoas no centro das preocupações da vida política, afirmou António Costa na sessão de abertura da Convenção Nacional.

SALIENTANDO que este Governo é o único responsável pelos quatro anos de “sobressalto” e de “instabilidade” para as famílias e para as empresas, o líder socialista defendeu que o PS é a única verdadeira alternativa que os portugueses têm para que Portugal possa ter um Governo de confiança.

Continuar com esta instabilidade, afirmou, é continuar a criar na vida dos portugueses, “sofrimento e a angústia”. Por isso, frisou, é preciso “devolver tranquilidade aos cidadãos”.

Para António Costa, a melhor prova que se pode dar aos portugueses de que estes foram quatro anos perdidos, é demonstra-

do pela vida concreta da grande maioria das famílias, e das empresas. Um “final feliz”, como defendeu o primeiro-ministro, só acontecerá quando o país “mudar de Governo e de política”. Só com uma enorme insensibilidade social, sustentou o líder do PS, é que é possível afirmar que ao fim destes quatro anos de Go-

verno de direita, com ataques às pensões, cortes nos salários da Função Pública como nunca aconteceram antes, e uma emigração de mais de 350 mil portugueses, que não conseguiram encontrar meios de subsistência em Portugal, que esta é uma história com final feliz.

Esta é uma coligação que está esgotada e que as únicas políticas que ainda pode prometer “é mais do mesmo”. Um Governo que não só não cumpriu com as promessas que fez há quatro anos, como não está em condições de cumprir seja com o que for, e que “não merece nenhu-

ma confiança”. Não cumpriram, como serão incapazes de cumprir, e por isso “não terão o seu mandato renovado”, acrescentou o líder socialista.

Antes de falar sobre o processo de elaboração do programa eleitoral “que mobilizou milhares de militantes e cidadãos independentes e muitos quadros técnicos”, lembrando os mais de sete meses de “intenso trabalho”, António Costa garantiu que o PS não está resignado ou conformado com a atual situação política e social do país, porque “queremos mais e melhor para os portugueses”. ■

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CONVENÇÃO CORREIA DE CAMPOS

CHEGAR AQUI não foi fácil, mas o resultado compensa. Investimos ideias, vontades, energia, a construir um programa que nos honra. Da Agenda para a Década, passámos ao relatório económico "Uma Década para Portugal" e agora ao Programa. Inovámos

no método, surpreendemos pela profundidade e rigor. Sabemos o que queremos, não apenas o que não queremos. Ocupámos a agenda política, impusemos o debate, elevámo-lo ao patamar da decência e do progresso. Vemos o Governo a reboque, osci-



JORGE FERREIRA

lando entre a agressão e o pedido inconsequente de consenso. Adotou o mimetismo como política. Reunimos 12 economistas, eles anunciam uma equipa de vinte;

afirmámos o projeto para uma década, acossados, respondem com grandes linhas de orientação, tão gerais que se lhe perde o fio condutor. Celebramos uma

Convenção, eles terão a sua conferência, com mais meios, certamente. Não os invejamos, são as ideias que constroem a alternativa, não tambores e trombetas.

A única tática da coligação é a oposição ao PS, não medidas que façam Portugal sair do atoleiro. Fogem de emitir ideias sobre a reforma da Segurança Social, oferecendo mais um corte de seiscentos milhões nas pensões, desta vez permanente. Mesmo sabendo que destroem 15 mil empregos e só reduzem o défice em menos de metade do valor do sacrifício. Não têm emenda. Não será necessário lembrar ao País que todos estamos fartos deste governo. Ele conhece-o. Sabiamente decidirá. ■

CARLOS CÉSAR SUBLINHA A NOSSA DEMOCRACIA PRECISA DE MELHORES POLÍTICAS

"A NOSSA democracia precisa que os partidos sejam melhores, precisa de melhores políticas e de melhores resultados que se repercutam no dia-a-dia, no bem-estar e em dimensões cruciais como as das oportunidades e da qualidade do emprego", afirmou o presidente do PS, Carlos César, acrescentando que "é esse o esforço que estamos a fazer no Partido Socialista com a liderança de António Costa".

"Estamos por isso, orgulho-

sos do caminho que fizemos e justificadamente esperançosos numa vitória, nas próximas eleições, que nos permitirá reforçar, uma vez no governo, esta 'parceria para a governação' com os portugueses".

Segundo Carlos César, "a nova metodologia que introduzimos na política nacional, com a realização das eleições primárias no PS e o amplo procedimento de consulta e de escrutínio que nos levou, até ao dia de hoje, à elaboração e aprovação



JORGE FERREIRA

da nossa proposta de programa de governo, representou, sucessivamente, um processo de transparência, de audição, de qualificação e de humildade democrática que fazia falta aos partidos e à sociedade portuguesa", acrescentou.

Rigor e responsabilidade

O presidente do PS lembrou que "especialistas convidados, de competência e independência reconhecidas, propuseram e testaram medidas de política, assegurando, nos cenários nacional

e europeu previsíveis, os seus limites de compatibilidade com a sustentabilidade das finanças públicas e a execução das nossas obrigações".

Com esta nova metodologia, sublinhou Carlos César, "demonstrámos, assim, nos planos interno e externo, o rigor que perseguíamos e o sentido de responsabilidade que exigíamos a nós próprios para estabelecermos o comprometimento que hoje assumimos com todos os portugueses".

Quisemos que assim fosse, explicou, "para que a nossa palavra e os nossos compromissos tivessem agora a seriedade e o nível de cumprimento futuro que as promessas do PSD e do PP não tiveram durante estes últimos quatro anos em que fizeram tantas vezes o contrário do que prometeram". ■

FERRO RODRIGUES PS É MUITO DIFERENTE DA DIREITA

SÓ ANTÓNIO COSTA está à altura de "finalmente e após quatro anos de tragédia política e social de apresentar uma verdadeira alternativa a Portugal e aos portugueses", garantiu Ferro Rodrigues na Convenção Nacional, elogiando o programa eleitoral do PS como "um produto que honra os socialistas".

Depois de acusar a direita de andar apostada em criar na opinião pública, com o processo da Grécia, uma "espécie de vacina" contra os partidos que defendem políticas contra a auste-

ridade, o líder parlamentar socialista defendeu que "é preciso evitar confusões", garantindo que o PS "não é o Syriza".

Lembrou aos mais distraídos que o PS é um partido que nada tem a ver nem com as propostas, nem com as soluções, nem tão-pouco com os caminhos sugeridos e propostos na Europa pelo Governo grego.

Ferro Rodrigues não deixou de acusar também o PCP e o BE por insistirem em fazer "pura demagogia", ao porem no mesmo saco as políticas de direita e



JORGE FERREIRA

as propostas do PS, lamentando que os socialistas tenham à sua esquerda quem procure manipular a realidade.

Afirmar que PS e a direita são tudo a mesma coisa, disse Fer-

ro Rodrigues, e classificar os socialistas como fazendo parte da "troica portuguesa", não só é falso e mesmo ofensivo, "porque o PS é muito diferente da direita", como vem provar que

a atual composição da Assembleia da República "já não corresponde à correlação de forças do país".

Defendeu a necessidade de o PS fazer consensos "no dia seguinte às eleições", mas não com quem se põe de fora do "projeto europeu nem com os que defendem uma política de austeridade".

Quanto à versão do primeiro-ministro e do vice-primeiro-ministro sobre a actual situação económica e social de Portugal, o antigo Secretário-geral socialista lamentou a "história da carochinha" contada pelo Governo, recordando que a realidade das famílias portuguesas desmente todos os dias o tão apregoadado final feliz desta legislatura. ■

MÁRIO CENTENO

UM PROJETO DE CENÁRIO ECONÓMICO PARA A DÉCADA

“A PRIMEIRA tarefa do grupo que coordenei foi diagnosticar. Desmontar uma realidade construída com mitos. Era necessário conhecer Portugal. No final dessa exploração, chegamos ao ponto de onde partimos. E, pela primeira vez, conhecemos o país que queremos construir”, afirmou Mário Centeno, o coordenador do grupo de economistas convidado pelo PS para elaborar um relatório que definisse as linhas gerais de governação económica e de estratégia orçamental para a próxima legislatura.

“Foi um desafio único. Inovar a discussão de políticas públicas em Portugal. Torná-la transparente e auditável. Colocar anos de análise e estudo ao serviço do futuro de Portugal”, disse, acrescentando que “a economia portuguesa foi gerida nos últimos anos com base no medo e na culpa. Quase perdemos a confiança em nós. Fomos convidados a procurar alternativas fora de Portugal”.

Mário Centeno, sublinhou que “temos uma sociedade caracterizada pela conjugação de dois problemas intergeracionais: a desigualdade e a falta de mobilidade social”, considerando que “a educação é o fator-chave para promover a mobilidade e reduzir a desigualdade”.

Nos últimos anos, referiu, “a política económica foi definida de costas voltadas para os portugueses. Esconderam-se cortes salariais, para sustentar a redução do salário mínimo. Lançou-se uma geração de novos e talentosos trabalhadores numa rotação de emprego desenfreada, dizendo que tínhamos um mercado de trabalho rígido. Argumentou-se que vivíamos acima das nossas possibilidades e promoveu-se o maior aumento de impostos da nossa democracia. Reduziram-se as prestações sociais e os salários para criar em Portugal os trabalhadores pobres, os mais competitivos na retó-



JORGE FERREIRA

“As pensões em Portugal são baixas, porque os salários são baixos e foram cortados. Porque as trajetórias contributivas são instáveis e cada vez mais precárias”

“Os cortes salariais têm um impacto permanente no valor das pensões”

MÁRIO CENTENO

rica vigente. Aqueles a quem a elevada precarização das relações laborais impede, em cada ano, de ganhar mais do que o salário mínimo nacional”.

“Estes são 41% dos trabalhadores portugueses. Conseguirão 41% dos portugueses viver “acima das suas possibilidades” recebendo menos de 6800 euros por ano?”, perguntou Mário Centeno.

Já a Segurança Social, frisou, “é uma das grandes preocupações da sociedade portuguesa e a sua sustentabilidade depende do crescimento económico”

Combate ao trabalho precário

Por isso, “propomos uma estratégia focada na criação de emprego, na fixação dos jovens no nosso país, na valori-

zação salarial e na redução da precariedade”.

Mário Centeno defendeu “uma redução do âmbito dos contratos a prazo – o maior flagelo do nosso mercado de trabalho –, o agravamento da taxa contributiva para as empresas com rotação excessiva de trabalhadores e um novo procedimento conciliatório que aumente a transparência na cessação da relação laboral”.

Mas também, acrescentou, “um desagravamento fiscal, nomeadamente no IRS e nas taxas contributivas para a Segurança Social, aliviando restrições de liquidez de empresas e trabalhadores”.

Por isso, sublinhou que “as duas medidas de redução da taxa contributiva por si só permitem um ganho de remuneração. É esta a valorização que propomos e que se opõe aos cortes observados nos últimos quatro anos”.

Para o economista, “um Estado com sucesso necessita de uma Administração Pública forte, eficaz, técnica e socialmente. A destruição da autoestima, do rendimento e das condições de trabalho na Administração Pública tem que ser parada”

“Hoje, estamos aqui porque queremos mudar Portugal. Para afirmar uma alternativa. Para mostrar que a solidariedade não é uma palavra esquecida. Não devemos perder esta oportunidade”, disse ainda. ■

JOÃO TIAGO SILVEIRA

PROGRAMA ELEITORAL PARTICIPADO E INOVADOR

“DO PONTO DE VISTA do processo, o programa eleitoral do PS fica marcado pelos caminhos inovadores que seguiu, com uma forte abertura à participação de todos”, afirmou o coordenador do Gabinete de Estudos do PS, João Tiago Silveira.

“Lançámos um debate público onde qualquer pessoa - militante, simpaticante ou cidadão com qualquer opção política -, teve a oportunidade de partici-

par e apresentar a sua proposta, crítica ou alternativa”, disse, acrescentando que “não há memória de um programa de um partido ter sido colocado à discussão pública. Mas é este o caminho da abertura à participação e à sociedade que é preciso fazer: com isto, o programa ficou melhor e mais completo”. No que toca ao conteúdo, João Tiago Silveira explicou que “o programa afirma que o caminho da competitividade e do cresci-



JORGE FERREIRA

mento não é o da baixa de salários e rendimentos. Essa via foi tentada pelo Governo PSD/CDS e falhou. A capacidade de inovar, crescer, criar riqueza e empregos depende antes de uma

aposta certa na qualificação dos portugueses e nos nossos recursos”.

Por isso, frisou, o programa do PS é focado na resolução dos problemas que temos de

enfrentar para podermos ser competitivos e criar empregos e aponta medidas e caminhos precisos para o fazer”.

Acrescentando que “identifica 1 desafio - criar um Estado Forte, Inteligente e Moderno - e 21 causas que teremos de enfrentar para ir à raiz dos nossos problemas”, o dirigente do PS sublinha que, por exemplo, “o programa é focado nas nossas qualificações, que são um fator essencial para podermos crescer no longo prazo. É focado no emprego e no combate à precariedade, no combate à pobreza e na luta contra as desigualdades, no regresso a agendas inovadoras como o Simplex as Novas Oportunidades, na procura de novas formas de financiar as nossas empresas e nos nossos valores progressistas de sempre”. ■

MANUEL ALEGRE ESTE GOVERNO PÓS PORTUGAL DE JOELHOS

O PS tem de governar para as pessoas, combatendo as desigualdades e na defesa da Constituição, sustentou Manuel Alegre na Convenção Nacional. Apelou a que o futuro Governo liderado por António Costa inverta as políticas de direita do PSD/CDS que contaram com a “bênção de Cavaco Silva”, lamentando que esta maioria tenha “posto Portugal de joelhos”. “Eles não pensam em Portugal acima de tudo. Eles puseram Portugal abaixo de tudo”, garantiu. Para o histórico dirigente socialista, a direita tem governado o país “assumindo sem pudor o fundamentalismo ideológico do neoliberalismo”. Instou o PS a falar “socialista em vez de tecnocrátês”, criticando o papel do Presidente da República ao longo de toda a legislatura por ter sido sempre um Presidente “de fação”.



JORGE FERREIRA

“Não temos que pedir desculpa por ser quem somos, nem andar disfarçados a falar uma língua que não é a nossa”, disse Manuel Alegre, apelando para a concentração do futuro Governo socialista na defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do ensino público, dos direitos dos trabalhadores e pensionistas e das minorias. Alegre incentivou António Costa a falar para os “muitos milhões de portugueses que sofrem com as políticas deste Governo de direita e para os que se interrogam sobre se vale a pena votar PS”, transmitindo-lhes a “alegria e o gosto do combate político”. A verdadeira troica, garantiu, é constituída por PSD, CDS e Cavaco Silva, defendendo que o PS não é o Syriza, “mas também não

somos o PASOK. Somos socialistas, portugueses e com orgulho”.

Não estamos condenados ao pensamento único

Os trabalhadores, os desempregados, os pensionistas, os jovens, os empresários, a classe média, todos, disse Manuel Alegre, “precisam que o PS ganhe as próximas eleições legislativas”, para que os portugueses voltem a ter de novo “alegria e esperança no seu futuro”.

Uma vitória que será, como sublinhou, em nome do SNS, da escola pública, dos direitos sociais e da defesa da cultura e da língua portuguesa.

“É preciso mostrar ao país que não estamos condenados ao pensamento único ou condenados à fatalidade das políticas austeritárias”, disse. ■

PALAVRAS DITAS

“Se há marca deste Governo, para além do radicalismo e da incompetência, é a desfaçatez de encobrir e mentir. No Governo entende-se que o sofrimento dos desempregados regenera e usa-se a estatística como mero instrumento de propaganda”

JOÃO GALAMBA

“Como cidadã e portuguesa, saúdo este programa eleitoral, que me parece sério e ambicioso. Já li muitos na minha vida. Muitas vezes, verificamos que é um somatório de coisas que, depois, não batem certas. Neste, há um sopro de inovação e mudança que será a base de uma nova maioria”

HELENA ROSETA

“O programa eleitoral do Partido Socialista garante também a proteção às crianças que são criadas por casais do mesmo sexo. E vem finalmente acabar com a exclusão arbitrária na candidatura à adoção por casais do mesmo sexo, para que finalmente um casal possa candidatar-se em conjunto e ser avaliado como tal. Mas vem também propor o fim da exclusão de mulheres solteiras e casais de mulheres no acesso a técnicas de procriação medicamente assistida – e quero frisar este ponto”

PAULO CORTE-REAL

“Se Pedro Passos Coelho permanecer como primeiro-ministro, estamos condenados a viver o velho ciclo daqueles que agora apresentam com o slogan Portugal para a frente, quando não fizeram mais do que trazer Portugal para trás; mas se o novo primeiro-ministro for António Costa, um novo ciclo vai abrir-se”

FRANCISCO ASSIS

“Estamos de acordo com o Presidente da República. Devemos poupar o país às dificuldades de formação de um governo minoritário. Respondamos afirmativamente ao apelo do Presidente da República e lutemos por uma maioria absoluta do PS, para que o país tenha o Governo que merece e de que precisa, o mais rapidamente possível”

MARCOS PERESTRELLO

“Compete aos partidos políticos apresentarem programas sérios de governo, credíveis, compatíveis com as suas responsabilidades na União Europeia. Como faz o PS. Uma vez no governo que os cumpram. Como o PS fará. Exige-se das instituições europeias, no quadro dos tratados europeus, que respeitem o voto dos cidadãos e o funcionamento democrático dos Estados membros. Só assim os cidadãos respeitam e reconhecem a democracia europeia e a sua pertença à União Europeia”

MARGARIDA MARQUES



JORGE FERREIRA

AGENDA PARA A DÉCADA UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O PAÍS

A COORDENADORA da Agenda para a Década, Maria Manuel Leitão Marques, também esteve presente na Convenção através de uma intervenção em vídeo.

Começou por referir que logo que foi conhecido este documento a Comunicação Social só lhe falava sobre a dívida. “O que me deixou algo angustiada”, confessou. Só que, contou, depois de falar com familiares e amigos de diferentes idades e profissões, bastante apreensivos e angustiados, afinal “as preocupações tinham a ver com o futuro”.

Eram preocupações que tinham a ver com a valorização do emprego, os serviços de saúde, o acesso à educação, a angústia sobre as pensões e as teias da burocracia. Afinal, concluiu, eram preocupações que exigiam “respostas a sério – corajosas, consistentes e continuadas” conforme constavam da Agenda para a Década.

Um documento que, lembrou, “tem uma visão estratégica para o país”, tendo como pano de fundo uma estratégia capaz de dar confiança e valorizar as pessoas.

A terminar a sua intervenção, Maria Manuel Leitão Marques sublinhou que o programa eleitoral do PS está concluído, “falta agora, obviamente, um governo confiável, com competência, rigor, empenho e determinação”.

E isto para que, frisou, “possamos acordar todos menos angustiados, com mais esperança e menos incerteza”. ■

PROGRAMA ELEITORAL DO PARTIDO SOCIALISTA



Agenda para a Década

Apresenta uma visão estratégica para o País

Cenário Macroeconómico

Identifica margem financeira para uma política diferente

Programa Eleitoral do PS

Concretiza a visão estratégica respeitando a margem financeira



UM
PROCESSO
RIGOROSO
E PLANEADO

JUNTAR GERAÇÕES



PORFÍRIO SILVA

“**Todos somos necessários, mais novos e mais velhos faremos um país melhor remando para o mesmo lado**”

O governo da direita radical abusou do expediente “dividir para reinar”, colocando portugueses contra portugueses, como se os direitos de uns fossem o mal dos outros. Um aspeto particularmente perverso dessa cínica estratégia consistiu em explorar a guerra de gerações: sugerindo aos mais novos que o país gasta demasiado com os mais velhos, sugerindo aos mais velhos que os mais novos bem poderiam ir lá para fora procurar sustento. Como se o país não precisasse de todos.

É por isso que vários pontos do programa eleitoral do PS apostam em juntar gerações. Todos somos necessários, mais novos e mais velhos faremos um país melhor remando para o mesmo lado.

Um dos exemplos a mencionar é o programa “Contrato-Geração”, que visa combinar a promoção do emprego jovem com a promoção do envelhecimento ativo. Isso consegue-se apoiando reformas a tempo parcial e incentivando a contratação de jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego. Os trabalhadores com mais anos de carreira poderão, se assim o quiserem, reduzir o seu tempo de trabalho, sem tomarem uma decisão mais drástica como a reforma antecipada (que seria penalizadora). Poderão, assim, optar por uma transição mais suave entre fases diferentes da sua vida. Essas reformas parciais abrem espaço, nas respetivas empresas, para a contratação de jovens. Além de ter um efeito positivo em trabalhadores de diferentes gerações, este programa será saudável também para as empresas, promovendo a renovação geracional sem ruturas e o enriquecimento mútuo das competências dos mais antigos com novas competências.

O outro exemplo que quero mencionar é o “Programa Semente”. Aqui também se combinam os contributos de gerações diferentes para introduzir inovação e modernizar a economia. Pretende-se estimular o empreendedorismo e apoiar empresas em fase de arranque, sabendo-se que precisamos de mobilizar mais jovens altamente qualificados para trazerem inovação para a atividade económica. Será útil, por exemplo, que das instituições de ensino superior e de investigação nasçam mais iniciativas empresariais, mais modernas, mais intensivas em conhecimento. Ora, para que isso aconteça é preciso quem invista nessas iniciativas. Por que não atrair o investimento de pessoas de gerações mais velhas, e com algumas poupanças a precisarem de serem valorizadas, para apoiar essas iniciativas empresariais? O programa eleitoral do PS prevê incentivos para que isso aconteça: benefícios fiscais para aqueles que invistam poupanças nestas empresas.

É assim, com propostas concretas, relevantes tanto para responder aos desafios económicos como à necessidade de reforçar o laço social, que o programa eleitoral do PS nos coloca no caminho da Alternativa de Confiança. ■

UM NOVO IMPULSO PARA A CONVERGÊNCIA

ANTÓNIO COSTA E PEDRO SÁNCHEZ

A esta hora ainda não se conhecem os resultados finais das negociações da Grécia com as instituições europeias. Só podemos desejar que se conclua de forma positiva, para bem da Europa e da Grécia.

Mas o que já sabemos permite-nos confirmar o acerto do que temos defendido.

Primeiro, a estratégia de austeridade e de desvalorização interna não permitiu à Europa crescer e criar emprego nem diminuiu o volume das dívidas pública e privada.

Segundo, o “austericídio” – como bem lhe chamou Felipe Gonzalez – só tem contribuído para enfraquecer o projeto europeu, a benefício dos radicalismos de natureza vária, nacionalista ou cessionista, extremista ou eurocética.

Terceiro, sair do euro para fugir da austeridade ou prosseguir a austeridade para defender o euro, são duas vias para uma mesma solução.

Quarto, uma estratégia de divisão entre “alunos exemplares” e “pigs” ou uma postura confrontacional entre credores e devedores, só conduz ao impasse ou à rutura.

Quinto, utilizar a UE como explicação eleitoral de todos os males nacionais, mina a Europa, e assumir unilateralmente compromissos eleitorais que dependem do acordo com terceiros conduz a própria democracia ao impasse.

Sexto, sabendo tudo isto, não nos podemos resignar à fatalidade. Temos a responsabilidade de fazer diferente.

Por isso, quando Portugal e Espanha assinalam os 30 anos da adesão às comunidades europeias, tomámos a iniciativa de propor à família socialista, social-democrata e trabalhista europeia um Novo Impulso para a Convergência de Portugal e Espanha.

Um impulso que se concretiza com a firme determinação dos dois partidos socialistas de aprofundar a integração ibérica, rompendo barreiras e estreitando laços para melhorar a vida das pessoas e a atividade das empresas dos dois países da península ibérica.

Há que atacar esta crise nas suas raízes. Para que haja estabilidade na zona euro, é preciso que haja convergência real das economias europeias.

Quando em 1992 avançámos para o mercado único, Jacques Delors percebeu que era essencial para as economias mais frágeis acompanhar a maior exposição à competitividade externa com o lançamento da política de coesão.

Quando o euro impôs um acréscimo de competitividade, não foi acompanhado no reforço da coesão. O excessivo endividamento e as bolsas especulativas iludiram durante algum tempo o problema, mas as consequências em cadeia da crise financeira iniciada em 2008 revelaram o que era inevitável tornar-se visível: sem mais coesão na zona euro não haveria maior convergência.

“**Quando Portugal e Espanha assinalam os 30 anos da adesão às comunidades europeias, tomámos a iniciativa de propor à família socialista, social-democrata e trabalhista europeia um Novo Impulso para a Convergência de Portugal e Espanha**”

A intervenção do BCE permitiu em boa hora baixar os juros da dívida soberana. Mas é essencial não nos iludirmos de novo. A febre baixou, mas a doença persiste: é mesmo preciso um novo impulso para convergência. O que propusemos, e o PSE aprovou, é um programa específico, de iniciativa nacional e à medida das necessidades próprias de cada um dos nossos países, que se centre nos bloqueios à competitividade, que limitam a convergência necessária.

Programa financiado pelas perspetivas financeiras, o plano Juncker, os mecanismos financeiros do BEI e que pode mobilizar “fresh money”, servindo até como projeto piloto da nova capacidade orçamental da zona euro.

No caso português as prioridades propostas centram-se na educação, na modernização da administração pública e da Justiça, na reabilitação urbana e na eficiência energética, na inovação nas PME’s, no desenvolvimento e capitalização empresarial.

No caso espanhol, a prioridade é reforçar a formação profissional, as políticas ativas de emprego para os desempregados de longa duração e os jovens, fomentar programas para estimular a inovação empresarial, generalizar as tecnologias de informação e comunicação, a eficiência energética e os investimentos para facilitar a intermodalidade no transporte de mercadorias.

Trata-se pois de uma metodologia nova: substituir a confrontação pela negociação; valorizar a solidariedade europeia e não a diabolização da UE no diálogo com os cidadãos; virar a página da austeridade, investindo na convergência.

A UE – há que reconhecê-lo – tem vindo a dar sinais de mudança desde as últimas eleições europeias. O BCE não tem hesitado em fazer o que é necessário, a nova Comissão olha com maior inteligência para o Tratado Orçamental e dá uma nova prioridade ao investimento como condição para o crescimento e o emprego.

Dar força à alternativa socialista em Portugal e Espanha é reforçar no Conselho esta dinâmica de mudança. Este Novo Impulso à Convergência merece-o! ■

António Costa
Secretário-geral do PS

Pedro Sánchez
Secretário-geral do PSOE



DOCUMENTO CONJUNTO PS-PSOE ESTRATÉGIA COMUM PARA CONVERGÊNCIA EUROPEIA

António Costa e o líder do PSOE, Pedro Sánchez, assinaram no dia 18 de maio, na sede nacional do Largo do Rato, dois documentos de compromisso e de cooperação política para reformas económicas e sociais comuns.

ANTES de se referirem em concreto aos documentos que assinaram, António Costa e o líder socialista do PSOE, Pedro Sánchez, invocaram, a propósito dos 30 anos de adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia (CEE), as figuras dos líderes históricos Mário Soares e Felipe Gonzalez, lembrando a luta que ambos empreenderam pelo aprofundamento da integração ibérica e da União Europeia. Aprofundar a integração e a cooperação ibérica é o compromisso programático subscrito pelos dois partidos com o objetivo de desenvolver um progra-

ma de reformas e de políticas comuns, que será posto em prática em Portugal e em Espanha, caso os dois partidos socialistas ibéricos formem Governo nos respetivos países no último trimestre deste ano. Como defendeu António Costa, trata-se de um documento que pretende estabelecer a convergência de reformas políticas que priorizam e reforçam a União Europeia, "tal como o PS e o PSOE estão aqui a fazer", advertindo que a Europa tem hoje ameaças suficientes na sua envolvente para se "poder dar ao luxo" de enfraquecer dividindo-se.

Os acordos agora assinados, salientou o Secretário-geral do PS, pretendem reforçar a união entre os dois países ibéricos, porque é fundamental, como enfatizou, para que os cidadãos possam circular de um país para outro sem terem tarifas acrescentadas no 'roaming' das comunicações, ou sem terem que adquirir novos aparelhos para pagar portagens. Reforços da união que António Costa pretende ver estendido também às empresas, para que não tenham de repetir as licenças que já possuem do seu próprio país. Por sua vez, Pedro Sánchez re-

cordou que o PSOE sempre se bateu por um projeto europeu solidário e pela moeda única, alertando as autoridades europeias, neste particular, para que tenham sempre presente que uma das matrizes fundadoras da União Europeia é "e tem de continuar a ser" a solidariedade entre estados e povos. Apelou por isso aos líderes europeus para que saibam encontrar o tom certo em relação à Grécia, propondo que tanto Atenas como Bruxelas saibam encontrar as medidas concretas para passarem da retórica à prática. Ambos os líderes defenderam

que governos socialistas do PS e do PSOE, em Portugal e em Espanha, serão uma garantia de que se pode mudar a política económica e social, centrando nos cidadãos o foco principal das preocupações governativas. No documento assinado por António Costa e Pedro Sánchez é avançada a possibilidade de os dois países ibéricos passarem de futuro a partilhar embaixadas, consulados e espaços culturais como o Cervantes e o Instituto Camões, recordando António Costa que a partilha de embaixadas já é uma prática "seguida há algum tempo em parte da Europa". ■

LÍDERES SOCIALISTAS HOMENAGEIAM SARAMAGO

DEPOIS do encontro na sede nacional do Largo do Rato, o secretário-geral do PS, António Costa, e o líder do PSOE, Pedro Sánchez, visitaram a Casa dos Bicos, em Lisboa, sede da Fundação Saramago, para prestar homenagem ao Prémio Nobel da Literatura português, agora que se com-

pletam cinco anos sobre o seu falecimento. Esta homenagem conjunta dos líderes socialistas de Portugal e Espanha demonstra não só o apreço de que era merecedor o escritor José Saramago, mas também a importância central que ambos os secretários-gerais conferem à esfera da

Cultura no âmbito de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento sustentados. Recorde-se que José Saramago morreu em Espanha, a 18 de Junho de 2010 e, para assinalar o quinto ano do falecimento do célebre escritor, a Casa dos Bicos apresentou uma programação especial. ■





JORGE FERREIRA

PRIMEIRO-MINISTRO MENTIU NO PARLAMENTO

O **PRIMEIRO-MINISTRO** afirmou, no Parlamento, que o Governo protegeu os cidadãos mais pobres, rejeitando que tenha havido cortes nas prestações sociais como o RSI, Complemento Solidário para Idosos ou no subsídio de desemprego. Mas, mais

que a triste realidade do país, os números mostram, porque não enganam, que Passos Coelho voltou a mentir.

"Vou voltar a dizer o que disse há pouco e que, pelos vistos, tanto incomodou a sr.ª deputada: Não houve pensionistas nem funcionários públicos de

mais baixos rendimentos que tivessem sido objeto de qualquer corte de rendimento.

A crise em Portugal existiu e afetou todos. Não houve da parte do Governo, ao contrário do que a sr.ª deputada disse, nenhum corte no RSI, nenhum corte no subsídio de

desemprego (não houve, não houve... não houve, não houve; de facto não houve). As alterações que foram introduzidas visaram apenas garantir que recebiam os apoios aqueles que mais precisavam. Não houve nenhuma alteração de condições! Não houve nenhuma

alteração de condições."

Pedro Passos Coelho
Assembleia da República
19 de junho de 2015

O primeiro-ministro mentiu ao Parlamento e mentiu aos portugueses. Como fica demonstrado:

RSI

1. Cortes diretos nos valores das prestações

(Dados mensais; Valores máximos de prestação)

	ATÉ 2012	APÓS 2013	DIF.	VAR.
Titular da prestação	189.52€	178.15€	-11.37€	-6%
Por cada restante adulto do agregado familiar	132.67€	89.08€	-43.59€	-33%
Por cada criança do agregado familiar	94.76€	53.45€	-41.31	-44%

2. Redução do número de beneficiários

Além dos cortes nos valores máximos das prestações, houve uma redução significativa do número de beneficiários.



Razão para a redução do número de beneficiários? A prestação é diferencial logo a redução do valor da prestação faz reduzir os beneficiários, designadamente os que apresentam rendimentos entre o valor anterior e o atual.

3. Atraso na atribuição

Os portugueses, que precisam de recorrer ao RSI pela primeira vez, passaram a esperar por esta prestação (que é de subsistência) mais 23 dias após o requerimento (um agravamento no tempo de espera de mais de 40%) - corresponde ao indicador Tempo Médio de Deferimento.

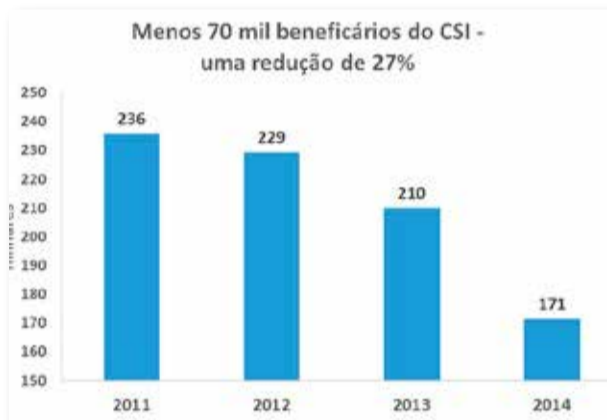
CSI

1. Cortes diretos nos valores das prestações

(Dados mensais)

	ATÉ 2012	APÓS 2013	DIF.	VAR.
Titular da prestação	418.5€	409€	-9.5€	-2.3%

2. Redução do número de beneficiários



3. Alteração de condições

O Governo aumentou a idade de acesso ao CSI em 12 meses, passando de 65 para 66 anos a partir de dezembro de 2013.

BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO POR DOENÇA

	ATÉ 2012	APÓS 2013	DIF.
	em % do salário bruto		
Primeiros 30 dias de baixa	65%	55%	-10 pp
Dos 30 aos 90 dias de baixa	65%	60%	-5pp

Nota: O Governo introduziu ainda no OE2013 retificativo (julho 2013) um corte adicional de 5% sobre o subsídio por doença, o qual foi posteriormente considerado inconstitucional.

COMPLEMENTO POR DEPENDÊNCIA DE 1º GRAU

O Governo introduziu pela primeira vez uma condição de recurso no Complemento por Dependência de 1º Grau. Este complemento tem como objetivo compensar os pensionistas que se encontram numa situação de grande dependência e que necessitam da assistência de uma terceira pessoa para os apoiar nos atos indispensáveis à satisfação de suas necessidades básicas, como a alimentação, a locomoção ou os cuidados de higiene.

A partir de janeiro de 2013, os pensionistas beneficiários deste apoio financeiro, que não recebessem uma pensão inferior a 600 euros, viram o complemento por dependência de 1º grau cortado.

Um caso tipo:

O senhor Joaquim tem 75 anos e recebe um valor total de pensão no montante de 621 euros, o qual corresponde a uma pensão mínima de direito próprio no valor de 379,04 euros e a uma pensão de sobrevivência no valor de 241,96 euros.

O senhor Joaquim deixou de receber o Complemento por Dependência de 1º Grau no início de 2013, cujo montante corresponde hoje a 100,77 euros.

Este complemento era essencial para que conseguisse pagar a uma pessoa para lhe prestar os cuidados essenciais na satisfação das suas necessidades básicas, não conseguindo suportar financeiramente o pagamento desse serviço e fazer face a todas as suas despesas, incluindo medicamentos e cuidados de saúde. ■

FÚRIA AUSTERITÁRIA ATINGIU OS MAIS POBRES

Na Convenção do PS/Algarve, António Costa disse que, ao contrário do que afirmou na Assembleia da República o primeiro-ministro, a fúria austeritária atingiu os mais pobres. ■



JORGE SAMPAIO DISTINGUIDO COM PRÉMIO NELSON MANDELA

JORGE SAMPAIO foi a personalidade masculina escolhida para receber o Prémio Nelson Mandela, que é atribuído este ano pela primeira vez na história das Nações Unidas. O prémio, instituído no ano passado pelas Nações Unidas, tem por distinguir a "contribuição excepcional" dos galardoados, tendo em vista a sua dedicação em prol da humanidade, "pautando-se pelos objetivos e princípios

subjacentes às Nações Unidas, na esteira de Nelson Mandela, nomeadamente do seu legado em matéria de reconciliação, transição política e transformação social", segundo refere o texto do prémio.

Para a atribuição do prémio a Jorge Sampaio, contribuiu em grande parte a sua ação como presidente da Aliança das Civilizações (2007-2013) e enviado especial do secretário-geral da

ONU na Luta contra a Tuberculose (2006-2012). Outro elemento considerado pelo júri foi o prestígio que Jorge Sampaio granjeou internacionalmente na sua ação a favor de Timor Leste e da transição pacífica em Macau, quando era Presidente da República.

Jorge Sampaio disse que se sentia "muito honrado e feliz", considerando que se trata de "um enorme estímulo e uma grande responsabilidade". ■

ASSOCIAÇÃO DE USF HOMENAGEIA CORREIA DE CAMPOS

POR OCASIÃO do seu 7º Encontro Nacional, realizado na Universidade de Aveiro, a Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar prestou homenagem ao antigo ministro da Saúde António Correia de Campos, sócio honorário da instituição, salientando o seu contributo na implementação, na área dos cuidados de saúde primários, das Unidades de Saúde Familiar. Na homenagem, a associação



salientou que na sua segunda passagem pasta da Saúde, entre 2005 e 2008, António Correia de Campos fica ligado de uma "forma indelével" à decisão política e operacionalização da "mais profunda reforma

ensaiada" no âmbito do SNS, que foi a criação das Unidades de saúde Familiar." E fê-lo numa forma de certa maneira estranha aos hábitos de há muito enraizados na administração pública portuguesa". ■

O ESTRANHO CASO DO DR. PASSOS E DO SR. COELHO OU, SIMPLEMENTE, PAF!

DUARTE MORAL



Não podia haver cenário melhor e tão profundamente simbólico, o Portugal dos Pequenitos, em Coimbra. Verdadeiramente, o Portugal dos Pequenitos é o modelo de país sonhado pelo ainda primeiro-ministro. Um país encolhido, tacanho, sem ambição, pobrezinho mas honrado. O Portugal dos Pequenitos é o Portugal de sonho de Passos Coelho.

Ou pelo menos de Passos, talvez não de Coelho. Porque já se percebeu uma de duas coisas: ou a personalidade do ainda primeiro-ministro sofre da síndrome "Dr. Jekyll e Mr. Hyde" ou anda por aí alguém a fazer-se passar por ele. Senão, repare-se na mensagem que o Dr. Passos fez questão de passar nesta visita ao seu país de sonho: "Desafio qualquer um a recordar alguma intervenção ou escrito em que eu tenha defendido a imigração de jovens portugueses, isso é um mito urbano". Ora, nem passados cinco minutos destas extraordinárias declarações terem sido conhecidas, já as redes sociais estavam enxameadas de imagens de uma entrevista do Sr. Coelho em que este defendia que a imigração era uma solução muito válida para os jovens professores portugueses. Ora, toda a gente sabe que o ainda primeiro-ministro e vários membros do seu Governo andaram por algum tempo a tecer loas ao espírito aventureiro e empreendedor dos portugueses que, obrigados pelas circunstâncias e pelas políticas do Governo do PSD e do CDS-PP, partiram para outras terras. Muito mais de de cem mil por cada ano de exercício do Governo da direita, números que fizeram recuar o país 50 anos (desde 1966 que não se registava tal sangria). A tudo isto, no Portugal dos Pequenitos, o ainda primeiro-ministro chamou singelamente "mito urbano", assim mesmo.

Ou seja, ou estamos perante um caso de múltipla personalidade, como aquele que foi imortalizado por Robert Louis Stevenson no seu "Estranho Caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde", ou anda aí alguém a fazer-se passar pelo ainda primeiro-ministro. A terceira alternativa, que necessariamente se tem de excluir – por força da bondade humana – é a de que o homem nos toma a todos por parvos!

PS – A coligação da direita já escolheu o nome. Optou por uma onomatopeia (recurso estilístico pelo qual se procura sugerir uma imagem auditiva de um objeto por meio de um concurso adequado de sons). Recorramos, pois, ao delicioso universo criado por Uderzo e Goscinny, para uma primeira abordagem à questão:



ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



SUBSÍDIO DE DESEMPREGO ATINGE MÍNIMOS

É preciso recuar uma década para encontrar um valor mais baixo de subsídio de desemprego e um número inferior de pessoas sem trabalho a receber esta prestação social.

Dados recentes da Segurança Social mostram que o subsídio de desemprego chega a um universo cada vez mais pequeno de desempregados. Há um ano, 53% dos desempregados recebiam subsídio. Agora, a taxa de cobertura é inferior a 50% se tivermos em conta os 667.800 desempregados contabilizados em abril passado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. ■

APOSTA NO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

É possível atingir a autossuficiência alimentar em Portugal no espaço de duas legislaturas (oito anos). Este o compromisso deixado por António Costa junto dos agricultores e produtores presentes na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém.

Referindo-se “ao enorme esforço” que os agricultores portugueses estão a fazer, de investimento na sua produção, António Costa disse que sem consumidores esse esforço de pouco valerá, reafirmando que estes consumidores “precisam de rendimento”, sendo para isso determinante, “tal como o PS tem vindo a reivindicar”, que a “grande meta” para os próximos anos seja “emprego, emprego e emprego”.

Porque o emprego, como sustentou, “é condição de tudo e também do desenvolvimento da nossa agricultura”. ■

PS/AÇORES APRESENTOU CANDIDATOS À AR

O PS/Açores apresentou, em Ponta Delgada, a sua lista de candidatos à Assembleia da República, que é encabeçada pelo presidente do PS, Carlos César. “Portugal precisa um governo novo que associe responsabilidade financeira a responsabilidade social” e que “não arrisque a bancarrota do País, mas que não se insensibilize com a bancarrota das famílias”, defendeu Carlos César, na apresentação pública. “É essa a mensagem de confiança que dirigimos aos portugueses”.

Carlos César assumiu “com muito orgulho” uma candidatura comprometida com os açorianos, “uma lista 100% açoriana, feita nos Açores e não em Lisboa, representando todas as nossas nove ilhas e não apenas algumas.” ■

DIREITA REPETE “BURLA” DO DESEMPREGO

É FALSO que Portugal tenha hoje menos desempregados do que em 2011. O que as estatísticas demonstram é que a taxa de desemprego é hoje mais alta do que no início da legislatura, acompanhada por uma flagrante redução na proteção social.

Falando na sede nacional, em conferência de Imprensa, o deputado e membro do Secretariado Nacional do PS, João Galamba, afirmou que o Governo anda a fazer uma interpretação falseada sobre a evolução da taxa de desemprego, acusando Passos Coelho e o ministro Mota Soares de estarem a tentar “repetir a burla da campanha de 2011, mentindo descaradamente e sem qualquer pudor” aos portugueses. Para João Galamba, o Governo deturpa propositadamente a realidade dos factos quando fala da taxa de desemprego, esquecendo duas realidades que “invalidam



qualquer comparação com o ano de 2011”. Por um lado, porque saíram das estatísticas do emprego cerca de 250 mil portugueses que o INE considera desencorajados e que são pessoas que desistiram de procurar emprego e, por outro, salientou ainda o dirigente socialista, porque a taxa de desemprego também não inclui “os valores brutais” da emigração dos últimos quatro anos, que atingiu um valor acumulado de 200 mil pessoas, só no que respeita à emigração permanente. ■

MÁS DECISÕES LANÇAM CAOS NAS COLONOSCOPIAS

O TEMPO de espera para colonoscopias de cinco a seis meses no sector público e no privado convencionado na área da Grande Lisboa revela, segundo a deputada socialista Luísa Salgueiro, “a total incapacidade e falta de estratégia do ministro da Saúde, que agora, depois de muito sofrimento dos utentes, anuncia no Parlamento uma folga orçamental de milhões de euros em jeito de anúncio de campanha eleitoral”.

Para a coordenadora dos deputados socialistas na Comissão de saúde da Assembleia da República, “o tempo de es-



pera a que os utentes dos exames de colonoscopia estão sujeitos e as situações desumanas daí decorrentes que assistimos nos últimos dias em Lisboa são consequência dos cortes aplicados por Paulo Macedo e resultam da falta de estratégia e das más decisões governamentais em matéria de convenções”. ■

PS QUER PAPEL ATIVO DA AR NO COMBATE À POBREZA

O PARTIDO SOCIALISTA quer que a Assembleia da República tenha um papel mais ativo no reforço do “acompanhamento, monitorização e avaliação das políticas de promoção da coesão social, de erradicação da pobreza e de combate às desigualdades”. A proposta foi apresentada num projeto de deliberação.

O PS considera que, cabendo ao Governo um papel determinante na definição de uma estratégia de combate à pobreza, “é dever da Assembleia da República assumir um papel mais ativo através do reforço da sua capacidade de acompanhamento, de monitorização e de avaliação da situação social”, que poderá ser sob a forma de uma comissão especializada. ■

SNS JÁ NÃO GARANTE ACESSO UNIVERSAL

O RELATÓRIO da Primavera do Observatório dos Sistemas de Saúde, apresentado no dia 16 de maio na Fundação Calouste Gulbenkian, apresenta um diagnóstico arrasador do atual estado da saúde em Portugal, em particular no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Faltam enfermeiros, os médicos estão mal distribuídos e o valor das taxas moderadoras afasta os utentes do serviço público. Neste relatório, elaborado por um grupo de trabalho que envolve várias universidades, é ainda apontado que os hospitais perderam milhares de camas para internamento e denuncia a drástica redução de consultas realizadas nos Centros de Saúde que, em apenas quatro anos, reduziram perto de cinco milhões. ■

CÉSAR CRITICA OBSESSÃO DO GOVERNO POR ESTADO MÍNIMO

A “obsessão” do Governo da direita pela venda dos ativos estratégicos do país está a deixar o “Estado desarmado”, sem os instrumentos necessários para cumprir as suas obrigações, deveres e responsabilidades sociais. Carlos César faz uma crítica contundente a uma opção “meramente ideológica por um modelo de Estado mínimo” que não serve o país. “O Estado foi aposentado compulsivamente”, afirmou.

No seu espaço de comentário na RTP Informação, o presidente do PS recordou que o objetivo de encaixe financeiro com as privatizações, inscrito no memorando de entendimento, foi já largamente ultrapassado em quase o dobro. ■

ALTERNATIVA DO PS VAI PERMITIR VIRAR PÁGINA DA AUSTERIDADE

Certo de que vai “herdar uma situação muito difícil, uma dívida muito pesada”, António Costa garante que, tal como aconteceu na autarquia de Lisboa, saberá “resolver a situação das finanças públicas sem sacrificar os direitos dos portugueses e a economia” e critica o discurso do Presidente da República na cerimónia oficial do 10 de junho, acusando Cavaco Silva de ser mais “o eco do Governo” do que o “porta-voz” dos portugueses. Aos portugueses emigrados no Luxemburgo, António Costa disse que gostava de “festejar sempre o 10 de Junho junto das comunidades portuguesas como primeiro-ministro”. Incentivou também os emigrantes a exercerem os seus direitos políticos e a participarem nas eleições, “tanto nos países de residência, como em Portugal”. ■

PS APROVA CANDIDATOS A 21 DE JULHO

O Partido Socialista aprova no próximo dia 21 de julho as listas de candidatos à Assembleia da República, a apresentar às eleições legislativas, em reunião da Comissão Política Nacional convocada para o efeito. De acordo com o calendário aprovado pelo Secretariado Nacional do partido, entre os dias 13 e 18 de julho reunirão as comissões políticas das federações, para procederem à designação dos candidatos a integrar as listas distritais. ■

O ESTADO DA NAÇÃO



ESTE É O GOVERNO QUE MAIS EMPREGO DESTRUIU

-320.000
POSTOS DE TRABALHO

O ESTADO DA NAÇÃO...

Antes das eleições de 2011, Passos Coelho afirmava que o país não precisava de mais austeridade, garantia não cortar os subsídios de férias e de Natal, prometia não aumentar impostos, dizia ser preciso proteger os reformados e os pensionistas.

Antes das eleições, Passos Coelho até falava contra "vender os anéis" (privatizações). Chegado ao governo, **fez tudo ao contrário** do que disse. Este governo **não merece confiança**.

Era preciso baixar a dívida? **A dívida aumentou**. No emprego, na riqueza nacional (PIB), na redução do défice, o governo diz agora que alcançará até 2019 o que prometeu para 2015 – e **não cumpriu**.

Agora, de novo, o governo esconde o seu programa. Por exemplo, esconde o plano de cortar 600 milhões de euros afetando as pensões já a pagamento.

O governo diz que o desemprego está a baixar. Será verdade?

710 mil desempregados "oficiais". Um drama. Mas há mais. 250 mil disponíveis para trabalhar mas desencorajados: riscados das estatísticas de desemprego. 160 mil em programas ocupacionais: mas ocupação não é emprego de futuro.

A emigração, centenas de milhares empurrados para longe das suas famílias por este governo, disfarça as estatísticas de desemprego. Mas não disfarça a realidade: **320 mil postos de trabalho destruídos**.

A solução não é apagar pessoas das estatísticas - mas pôr a economia a crescer e criar emprego digno e com futuro.

FAZER MELHOR
É POSSÍVEL



WWW.PS2015.PT

ALTERNATIVA DE CONFIANÇA

O ESTADO DA NAÇÃO



FAZER MELHOR
É POSSÍVEL

8 JUL 2015

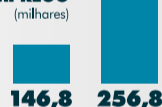
SÃO ESTES OS NÚMEROS QUE O ATUAL GOVERNO NOS VAI DEIXAR

DESEMPREGO

710 mil desempregados "oficiais". Mais 250 mil disponíveis para trabalhar mas desencorajados. 300 mil estão há mais de 2 anos sem encontrar trabalho.

São já mais de **150 mil famílias em incumprimento** no crédito à habitação.

DESENCORAJADOS DE PROCURAR EMPREGO

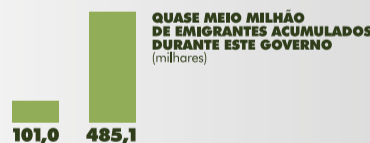


DESEMPREGADOS HÁ MAIS DE DOIS ANOS



EMIGRAÇÃO

Com este governo o número de emigrantes, permanentes e temporários, **aumentou todos os anos. Regredimos aos anos 1960**.



O governo declarou "querer ir além da Troika". E Passos Coelho, **insensível à vida concreta das pessoas**, deu nome ao seu programa, dizendo que precisamos de empobrecer.

INVESTIMENTO

Sem investimento não há novos empregos.

A queda brutal do investimento **compromete o futuro** da economia nacional.



Talvez o primeiro-ministro não saiba, mas nunca o empobrecimento fez um país desenvolver uma economia sustentável. **O empobrecimento não dá finanças públicas sãs a um país.**

POBREZA

Há hoje **580 mil crianças** em risco de pobreza. E isso é **inaceitável**.



Os resultados da política deste governo estão à vista. **Os números mostram a realidade**. Estes números são pessoas, são vidas, são famílias.

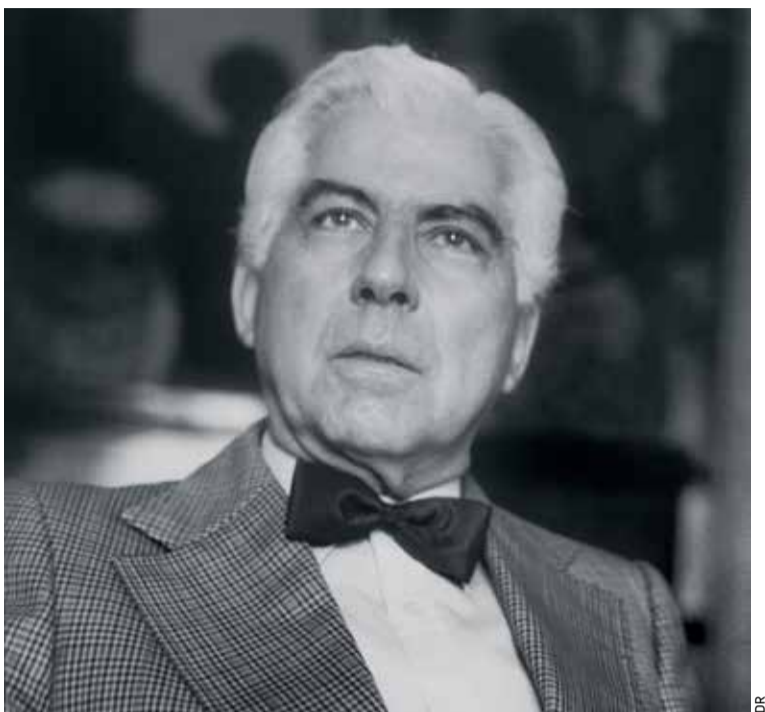
DÍVIDA

Este é também o **governo que mais aumentou os impostos**. A carga fiscal aumentou: mais 4,5 mil milhões de euros todos os anos e, mesmo assim, o governo **falhou o objetivo da dívida**.



Quem agiu com tanta desumanidade, com tanto radicalismo, como fez Passos Coelho, **não merece confiança**.

Pense nisto: temos de mudar o estado da Nação.



FALECEU FERRAZ DE ABREU INSÍGNE DEMOCRATA E SOCIALISTA

O ANTIGO PRESIDENTE do PS Ferraz de Abreu faleceu no dia 26 de junho. Contava 98 anos.

Numa nota, o PS e o secretário-geral, António Costa, manifestaram o seu “profundo pesar” pelo desaparecimento do camarada Ferraz de Abreu, antigo presidente do nosso partido entre 1987 e 1991 “e um grande lutador pela Democracia em Portugal durante toda a sua vida”.

Ao serviço do Partido Socialista, Ferraz de Abreu “desempenhou várias funções, sempre com o mesmo empenho e dedicação aos nossos ideais que manteve até ao final da vida”. Como deputado, em representação do distrito de Aveiro, e presidente do Grupo Parlamentar do PS “granjeou sempre o respeito e admiração de todos, seus camaradas e adversários políticos”, lê-se ainda na nota.

“Em sinal de respeito e homenagem ao nosso camarada, a direção nacional do PS determinou a colocação das bandeiras nas sedes do partido a meia-haste”.

Natural de Sever do Vouga, distrito de Aveiro, e licenciado em Medicina pela Universidade do Porto em 1941, Ferraz de Abreu desempenhou as funções de presidente do PS, durante as lideranças de Vítor Constâncio e Jorge Sampaio.

Médico-cirurgião, trabalhou em vários estabelecimentos hospitalares antes e depois do 25 de Abril de 1974.

No PS, foi coordenador do setor de saúde no Gabinete de Estudos, de 1980 a 1988, membro do Secretariado Nacional e porta-voz para a saúde entre 1985 a 1987. Exerceu funções de vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS entre 1983 a 1986, tendo também sido líder da bancada socialista entre 1986 a 1987.

No Parlamento, Ferraz de Abreu foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Saúde (1983 a 1986), membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, membro da Comissão Nacional do PS (1983) e deputado eleito pelo PS entre 1983 e 1995. ■

TRÊS PERGUNTAS A FERRO RODRIGUES PRESIDENTE DO GP/PS

QUE BALANÇO faz desta sessão legislativa?

Esta sessão legislativa fica marcada pela sistemática tentativa por parte do Governo e dos partidos da maioria de direita de envolverem o PS na cumplicidade com as políticas de austeridade e pela nosa recusa a alinharmos em tal. Aproveitando as condições geradas pelas decisões do Tribunal Constitucional e pelo novo intervencionismo do BCE (contra o qual sempre se manifestaram), tentam manipular o eleitorado, como se as graves condições sociais e económicas de Portugal estivessem superadas. A batalha permanente do PS é contra a mentira.

Como comenta a postura da maioria de direita face às iniciativas legislativas do PS?

A direita vale-se da sua maioria para impedir que as justas iniciativas do PS que poderiam



fazer diminuir graves dificuldades económicas e sociais possam ser aprovadas. Agem como um rolo compressor acéfalo.

O que é que precisava de ser melhorado para haver um diálogo mais construtivo e um confronto de ideias mais esclarecedor entre as

forças políticas representadas na AR?

Só após as eleições legislativas do outono, com a redução da direita a uma clara minoria, e com a criação de condições para a formação de um novo Governo, através de uma nova maioria, essas condições de debate e diálogo poderão ser recriadas. ■



FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA

PRESIDÊNCIA EM BOAS MÃOS

Numa cerimónia na Assembleia da República, em março de 1996, Mário Soares abraça Jorge Sampaio. Um socialista sucede a outro na Presidência da República. A mais alta magistratura da nação continuava em boas mãos. ■